

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

Projeto de Lei nº 3057/2000

Emenda Substitutiva

Dê-se ao § 6º do Art. 111 do Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Urbano a seguinte redação:

“Art. 111

§ 6º Não havendo acordo entre o impugnante e o Poder Público, o procedimento deve ser encaminhado ao juízo competente para decisão em trinta dias, assegurada prévia intervenção do Ministério Público.

..... ”

JUSTIFICATIVA

Nem todos os Estados da Federação atribuem competência, para casos tais, ao juiz corregedor. De outra sorte, considerando que a demarcação urbanística é ato de regularização “lato sensu”, medida que desvela interesse público, é conveniente assegurar nas impugnações a intervenção Ministerial.

Dep. Dimas Ramalho (PPS – SP)